BRASILIANAS

POR **WILLIAM FRANÇA**

DIVULGAÇÃO/IGESDF



Carlos França Pereira, 54 anos, primeiro transplantado

Hospital de Base realiza seu primeiro transplante de medula

O Hospital de Base do DF realizou seu primeiro transplante de medula óssea e passou a integrar a rede pública habilitada para oferecer o procedimento de alta complexidade pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A estreia da nova etapa ocorreu com um transplante autólogo, modalidade em que as células-tronco utilizadas pertencem ao próprio paciente. O avanço amplia a capacidade local de atendimento e reduz a dependência de vagas em outros centros, situação que resultava em meses de espera para pacientes encaminhados pela rede pública. A expectativa é realizar de 2 a 4 transplantes por mês, inicialmente para casos de mieloma múltiplo e alguns tipos de linfoma. O serviço é resultado de um processo de preparação iniciado há cerca de uma década, envolvendo adequações estruturais, treinamento de equipes e implantação de protocolos exigidos pelo Ministério da Saúde. O marco tem relevância também pelo peso do procedimento na rede pública brasileira. Entre 2022 e 2025, o SUS registrou quase 12 mil transplantes de medula óssea no país, com média anual próxima de 3 mil intervenções. Considerado um dos tratamentos mais complexos da oncologia, o procedimento pode superar R$ 300 mil na rede privada, enquanto o SUS financia integralmente o atendimento.

Paciente de 54 anos inaugura esta nova fase

Um diagnóstico de mieloma múltiplo transformou a rotina do comerciante Carlos França Pereira, de 54 anos, que agora entrou para a história da saúde pública do DF como o primeiro paciente submetido a um transplante de medula óssea no Hospital de Base. A doença foi descoberta após uma lesão durante um treino de academia e trouxe uma preocupação imediata: o medo de deixar os filhos sem sua presença. Depois de iniciar o tratamento e responder bem à quimioterapia, ele recebeu a confirmação de que poderia seguir para a etapa mais avançada do combate ao câncer. Internado em outubro, passou pela coleta de células-tronco do próprio sangue e recebeu o transplante em um procedimento de aproximadamente 30 minutos, sem necessidade de cirurgia. O período mais delicado ocorreu nos dias seguintes, quando permaneceu em isolamento enquanto a equipe médica monitorava a recuperação da medula. A notícia mais aguardada chegou com a retomada da produção de células de defesa, permitindo a alta hospitalar sem complicações graves.

REPRODUÇÃO



Dinheiro Vivo 2 - A mata reduzida a carvão

Vik Muniz ocupa galerias do CCBB

O público de Brasília já pode visitar a exposição 'Vik Muniz – A Olho Nu', em cartaz no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB). Considerada a maior retrospectiva já dedicada ao artista brasileiro, a mostra reúne cerca de 188 obras entre fotografias, esculturas e objetos, percorrendo quase quatro décadas de produção de um dos nomes de maior projeção internacional da arte contemporânea brasileira.

Com curadoria de Daniel Rangel, a exposição ocupa as galerias I e II do espaço cultural até 31 de janeiro de 2027. A mostra chegou à capital federal após temporadas no Recife, em Salvador e no Rio de Janeiro, onde atraiu mais de 600 mil visitantes.

O percurso apresenta diferentes fases da carreira de Vik Muniz, desde trabalhos tridimensionais produzidos antes do uso sistemático da fotografia até séries que o levaram a integrar acervos de instituições como o Centre Pompidou, em Paris, o Guggenheim Museum, em Nova York, e a Tate, em Londres.

Psicologia jurídica ganhará graduação

Brasília terá a partir de fevereiro de 2027 uma nova graduação em Psicologia com foco também na formação para atuação em contextos jurídicos. O Centro Universitário Unieuro lançará o curso na unidade Asa Sul com formação generalista e ênfase em Psicologia, Processos de Avaliação e Intervenção em Contextos Jurídicos nos dois últimos semestres. A proposta busca aproximar a formação acadêmica de um mercado especialmente presente na capital federal. Entre as áreas de atuação previstas estão varas de família, infância e juventude, casos de violência doméstica, sistema prisional, perícias, assistência técnica e atividades relacionadas à mediação de conflitos.

Como parte da apresentação do curso, a instituição promoverá em 11 de novembro a palestra "Atuação da perícia e avaliação psicológica em crimes reais", aberta ao público. A convidada será a psicóloga forense Elisa Walleska Krüger Alves da Costa, mestre e doutora pela Universidade de Brasília (UnB) e especialista em Psicologia Jurídica. Segundo a instituição, a formação contará com laboratório de avaliação psicológica e estágio.

DIVULGAÇÃO/MPT



Trabalhador vivia em condições análogas à escravidão e não tirava férias

DF: caseiro era usado como laranja por família do Lago Norte

Homem que recebia R$ 200 por semana foi vinculado a 5 empresas

A Justiça do Trabalho determinou o pagamento de uma pensão mensal de um salário mínimo a um caseiro de 56 anos que trabalhou por 28 anos para uma família no Lago Norte (DF) e foi colocado como sócio de cinco empresas ligadas aos empregadores.

A decisão autorizou ainda o bloqueio de até R$ 324,2 mil em ativos de quatro familiares e proibiu a utilização dos dados pessoais do trabalhador em atos jurídicos.

O Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal (MPT-DF) ajuizou, no último dia 23, ação civil pública contra os familiares.

O órgão pede R$ 2 milhões em indenizações — R$ 1,5 milhão por danos morais individuais e R$ 500 mil por danos coletivos —, além dos direitos trabalhistas não pagos.

Natural da Bahia, o homem chegou a Brasília em 1998 e começou a cuidar de uma residência no Núcleo Rural Córrego do Torto, no Lago Norte (DF). Lá, ele fazia jardinagem e tratava de animais, recebia cerca de R$ 200 por semana e não tirava férias.

A investigação começou após denúncia anônima feita em agosto deste ano. Uma fiscalização do MPT-DF, da Auditoria-Fiscal do Trabalho e da Polícia Federal (PF) resultou em 13 autos de infração, incluindo um por trabalho análogo à escravidão.

A apuração identificou que participações em empresas foram transferidas para o nome do caseiro. Em uma delas, o trabalhador aparecia como titular de 90% do capital e administrador, embora tenha dito que nunca havia trabalhado com empresas. Também foram encontradas seis execuções judiciais em seu nome, três delas fiscais.

Em decisão do último dia 15, o juiz Márcio Roberto Andrade Brito, da 10ª Vara do Trabalho de Brasília, apontou indícios de uso indevido da identidade do homem para manter negócios de terceiros. O descumprimento da proibição de usar nome, Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), assinatura ou outros dados do trabalhador pode gerar multa de R$ 50 mil por ato.

Um relatório da assistência social do último dia 21 indicou que ele ainda permanecia na residência, devido à dependência material e à dificuldade de encontrar alternativas de subsistência.

O MPT pede que a Justiça determine o afastamento entre o trabalhador e a família em até três meses, com acompanhamento da rede de proteção social contínua.